

Resenha

História da África: uma introdução

José Alexandre da Silva¹



Desde 2003 quando o presidente Lula sancionou a Lei 10.639 tem surgido no mercado editorial brasileiro vários títulos dedicados à história afro-brasileira e africana. Um destes é “História da África: uma introdução” de Lopes e Arnaut. A obra contém 9 capítulos é uma parceria entre Ana Mônica Lopes, doutora em história das culturas pela UFMG e Luís Arnaut professor de história da África desta mesma instituição. Um elemento digno de nota, e que se torna um diferencial desta obra, é que os autores privilegiam também uma abordagem da historiografia do continente africano.

Já na introdução da obra os autores justificam a necessidade de seu livro com a questão de como os professores vão ensinar a seus alunos algo que não aprenderam nos bancos da Universidade, considerando que nos cursos de licenciatura o continente aparece como secundário e marginal a alguns processos históricos. No primeiro capítulo, são abordadas as várias noções deste termo, em fontes como os textos de Heródoto, Plínio e a cartografia Medieval, desde o período da Antiguidade, passando pela Idade Média e Moderna. No geral prevalece a noção de “território de monstros”, continente associado ao “Bestiário” e região de “clima inóspito”.

O segundo capítulo questiona este termo que, utilizado de forma genérica, como identidade estabelecida pelo europeu, para todos os habitantes do continente não permite uma matização de suas diferenças físicas, culturais e sociais tendo sido utilizado como sinônimo de atraso. Pontuam os autores que os habitantes da África devem ser pensados como civilizações e culturas que realizaram migrações, trocas culturais com outras civilizações, ao longo da história da humanidade, e com padrões de sociabilidade que tornam inadequadas sua caracterização pela ótica ocidental. Também destacam a importância da reflexão sobre os conceitos de raça, etnia e formação humana e chamam a atenção para a circulação de noções vagas que embasam a contraposição ao esvaziamento do conceito de raça.

¹ Professor de História da Secretaria de Estado de Educação do Paraná, membro do Grupo de Estudos em Didática da História (GEDHI).

O capítulo três, Religiões, traça um perfil do continente africano no que tange à esta questão. Descreve a introdução das religiões monoteístas, como cristianismo e islamismo, aliás, esta última religião é tida pelos autores como a que se encontra na melhor posição para se tornar a religião do continente, devido ao ritmo de seu crescimento. No que se refere às religiões nativas consideramos importante citar: “(...) *tentam responder às mesmas indagações que as demais religiões. Apresentam um deus superior que criou o universo e, em algumas, verificamos a presença de entidades menores (...) Outro elemento importante é a ligação com os ancestrais (...)*”.

O quarto capítulo trabalha a questão de como as diferentes tradições intelectuais se posicionaram diante do continente africano. A concepção hegeliana de negação de história para a África prevaleceu favorecida pela noção, superada, de se considerar o que é histórico vinculado ao surgimento da escrita. No dias de hoje, acredita-se que a humanidade está vinculada ao princípio da ereção corporal que possibilitou pensar outros registros, iconográficos e artísticos, como fontes de pesquisa. Os autores também mencionam a importância de alguns centros de pesquisa, que mesmo estando vinculados ao colonialismo europeu, deram uma contribuição importante para aspectos da história e geografia africana, e a realização da História Geral da África na década de 1960. Também traçam um panorama da disciplina história da África no Brasil.

O quinto capítulo versa sobre as organizações políticas. Trabalha com categorias como as de império e reinos e classifica a organização política dos povos africanos em três fases distintas até o período da colonização. Uma se estende até o século VI da era cristã. Uma segunda até o século XV e é marcada pela presença islâmica. A terceira fase vai até 1880. Os autores também as transformações que as sociedades africanas sofreram nestes intervalos temporais.

O capítulo 6 é referente ao fenômeno que chamamos também de neocolonialismo. Até o final do século XIX o contato dos europeus com o continente africano estava mais restrito ao litoral. Com as independências das nações latino-americanas, os europeus voltaram sua atenção para continente, que até então funcionava principalmente como repositório de escravos, o partilhando entre si. As explicações mais comuns para este fenômeno são realizadas a partir da perspectiva européia, com a concentração de capital e formação de monopólios nestes países.

Este texto traz uma perspectiva diferente, amparada na teoria da dimensão africana. Segundo esta, uma expansão do capital privado se tornou uma ocupação militar no continente africano. Os europeus de fato tiveram motivos de ordem econômica para esta expansão, mas os povos do continente africano também estavam passando por transformações antes da presença européia e a resistência das populações africanas ao domínio comercial desencadeou o domínio militar. Esta resistência é descrita em três tipos: primária, primária retardada e intermediária.

O domínio colonial é tema do capítulo 7. Os autores explicam o êxito do domínio militar dos europeus com 5 razões: superioridade militar e logística, maior estabilidade, maiores recursos materiais e financeiros, maior conhecimento do continente e o avanço da medicina tropical. As primeiras e principais preocupações dos europeus foram no sentido coagir mão de obra para abastecer os portos com produtos nativos e expropriação da propriedade da terra em favor dos colonos.

As principais mudanças que associadas ao período colonial são a urbanização, propagação da educação formal e formação de uma nova identidade. Este último elemento foi fundamental no que diz respeito às independências, que aliás se trata de tema do capítulo 8. O termo independências é apresentado como forma de pensar o processo de fim de domínio de nações européias sobre o continente africano. O termo mais comum para este processo é descolonização, porém este último elimina vestígios da luta africana nesse processo.

O oitavo capítulo descreve a formação da África do Sul como nação fundada pelos boers, descendentes de holandeses, franceses alemães, o processo de segregação e racismo realizado por estes com relação às populações locais e a resistência destas mesmas. Na sequência temos uma lista de filmes comentados sobre o continente africano e um quadro cronológico do processo das independências africanas.

A obra, ora resenhada, cumpre bem seu papel de introduzir ao conhecimento de história da África. Pode ser bastante útil tanto a professores do Ensino Fundamental e Médio, bem como a acadêmicos de ciências humanas e afins ou simplesmente ao público em geral. Esperamos que possíveis edições posteriores à que utilizamos para a feitura desta resenha possam ter resolvido alguns erros de grafia

Referência:

LOPES, Ana Mónica. ARNAUT, Luís. História da África: uma introdução. Belo Horizonte: Crisálida, 2005.